

A DETERMINAÇÃO DO EMPREGO E A DESENDUSTRIALIZAÇÃO

Rosana A. Ribeiro

Introdução

Durante o período denominado 30 anos de ouro (do pós-guerra ao final da década sessenta) as economias capitalistas apresentaram elevadas taxas de crescimento econômico, baixas taxas de desemprego e baixas taxas de inflação. Nos anos 70 esse quadro é radicalmente alterado quando a recessão, a inflação e o crescimento do desemprego tornam-se os principais problemas dos países capitalistas. Quanto a origem do desemprego algumas teses foram formuladas no entanto ele nunca é articulado a Ordem Econômica Internacional vigente. O primeiro objetivo deste trabalho é exatamente realizar essa articulação.

Segundo vários economistas, paralelamente a ampliação do desemprego ocorreu uma redução relativa do emprego industrial e uma ampliação do emprego no setor de serviços em todas as economias avançadas. Esse fenômeno é denominado de desindustrialização correspondendo a mais uma etapa do desenvolvimento capitalista. O mundo do trabalho enfrentaria, então, várias mudanças. O segundo objetivo desse trabalho é problematizar sobre a tese de desindustrialização.

A primeira seção sintetiza a construção e o desmoronamento da Ordem Econômica Internacional do pós-guerra e seus impactos sobre o mundo do trabalho. A próxima seção analisa a relação existente entre a Ordem Econômica Internacional, estabelecida nos anos 80, e a elevação do desemprego. Na última seção, discute-se criticamente a tese da desindustrialização.

1 As economias capitalistas no pós-guerra: do emprego ao desemprego

Após a II Guerra Mundial as economias capitalistas apresentaram um extraordinário crescimento, liderado pela expansão das atividades industriais. Conforme os dados da Tabela I, nessa atividade ocorreu um aumento da produção, da produtividade e do emprego. A expansão da produção industrial foi significativa nas economias avançadas sendo menor nos EUA, na Inglaterra e na Bélgica. O emprego cresceu em níveis menores do que o produto, em decorrência das inovações tecnológicas, promovendo um crescimento significativo da produtividade.

Tabela I: Taxas médias anuais de crescimento do produto, do emprego e do produto por trabalhador na indústria de transformação, em países selecionados 1950-1960

Países selecionados	Produto	Emprego	Produto por Trabalhador
EUA	3.6	1.0	2.7
Inglaterra	3.5	1.1	2.3
Alemanha Ocidental	10.1	4.7	5.1
França	6.5	0.7	5.8
Itália	9.0	1.2	7.6
Bélgica	4.1	0.6	3.5
Japão	18.1	5.3	12.2

Fonte: Teixeira (1983)

A prosperidade das economias capitalistas durou cerca de 30 anos e resultou do acordo de Bretton Woods. O intuito da convenção era de promover um reordenamento financeiro internacional e criar normas de conduta para as políticas econômicas dos países com problemas de balanço de pagamento. Projetou-se um sistema capaz de estabelecer o movimento de mercadorias e de capitais, livre e multilateral. Desse acordo nasceram o Fundo Monetário Mundial e o Banco Mundial. Os elementos essenciais do sistema monetário proposto em Bretton Woods não apresentaram qualquer novidade, já que basicamente representou a restauração dos sistemas de taxas de câmbio fixas dentro do padrão-ouro. Cada nação deveria manter suas reservas em ouro, mas também numa moeda reserva que fosse livremente convertida em ouro. No cenário do pós-guerra, esse princípio encobria um privilégio, posto que os Estados Unidos concentravam a maior parte do ouro existente e contavam com um comércio exterior fortemente superavitário.

As regras de ordem monetária-financeira e a regulação sobre o movimento de capitais resultantes do acordo criaram uma certa estabilidade macroeconômica fundamental para explicar o vertiginoso crescimento econômico do período. A retomada dos investimentos produtivos e a expansão das oportunidades abertas por novos mercados (obras de infra-estrutura da reconstrução, demanda por bens de consumo duráveis reprimida desde a guerra) e ainda a intensificação dos gastos militares dos EUA foram os principais estímulos ao crescimento da produção industrial. Essa expansão do produto industrial levou a um aumento do nível de emprego no entanto cabe destacar que ocorreu também uma mudança na estrutura setorial do emprego, expressa na diminuição da participação relativa do emprego agrícola, no aumento expressivo, em termos absolutos do emprego na indústria, cuja a participação relativa, porém, permaneceu pouco alterada na maior parte dos países, dada a elevada expansão do emprego nos serviços privados e no setor público (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição setorial do emprego em países selecionados – 1950/1960/1970

Países	Setor primário			Setor secundário			Setor terciário		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
EUA	13.5	8.3	4.4	34.1	33.6	32.2	52.4	58.2	63.4
Alemanha	24.7	14.0	8.6	42.9	48.8	49.3	32.4	37.3	42.1
França	31.7	22.4	14.0	35.4	37.8	38.5	32.8	39.8	46.2
Inglaterra	5.6	4.1	2.8	47.7	48.8	44.8	46.7	47.8	52.4
Itália	41.7	32.8	19.5	31.7	36.9	43.8	26.5	30.2	36.6
Japão	41.3	30.2	17.4	24.5	28.5	35.7	34.2	41.3	46.9

Fonte: Teixeira (1993)

Os anos 80 e 90, em radical oposição ao vertiginoso crescimento econômico do pós-guerra, são caracterizados por baixas taxas de crescimento do produto, pela elevação do desemprego e pela difusão de relações de trabalho precárias. O crescimento e a manutenção do desemprego, principalmente entre os países europeus, representa um grande desafio para os economistas.

O desemprego contemporâneo, segundo Labini (1993), é explicado por fatores de demanda e oferta de trabalho. Para ele, o desemprego pode ser atribuído a três motivos: a) a queda no nível de crescimento do produto; b) o aumento da oferta de trabalho devido a fatores demográficos e a presença das mulheres no mercado de trabalho; e c) pelo processo de reestruturação da indústria que acarretou uma redução do emprego industrial.

Segundo a corrente teórica dos novos-keynesianos, o desemprego na União Européia é independente de flutuações de demanda agregada, e nesse sentido, não estaria sujeito às influências da política macroeconômica. Na perspectiva novo-keynesiana, a elevação do desemprego pode ser atribuída ao funcionamento inadequado do mercado de trabalho não permitindo uma redução dos salários reais. A

excessiva regulamentação sobre as relações de trabalho e os benefícios conferidos pelo Welfare State impedem o mercado de trabalho de atingir um salário real compatível com menores taxas de desemprego. A rigidez dos salários reais é considerada a principal origem do desemprego.

Os novos-keynesianos não possuem somente uma explicação para o fenômeno da rigidez salarial mas levantam uma série de argumentos. Para essa corrente da macroeconomia, existem basicamente duas linhas de argumentação acerca da rigidez dos salários. Um primeiro conjunto de autores centra sua explicação no comportamento do mercado de trabalho. Os sindicatos, por exemplo, não permitem uma redução dos salários reais dos empregados impedindo uma ampliação do nível de emprego. Um outro grupo de autores elaboram modelos, denominados de *efficiency wages*, onde atribuem ao comportamento da empresa a razão da rigidez dos salários reais. O ponto de partida dos modelos é a hipótese de que existe uma relação positiva entre o salário real do trabalhador e sua produtividade. Quando a firma fixa um salário real mais elevado seu intuito é obter maiores índices de produtividade, ou seja, pagando mais a empresa estimula os trabalhadores a se esforçarem ao máximo. As empresas, então, a fim de assegurarem uma elevação na produtividade mantêm os salários reais rígidos.

Para os países da Europa, segundo os novos-keynesianos, os modelos mais adequados para explicar os altos índices de desemprego são aqueles que priorizam o comportamento do mercado de trabalho, como o do sindicato monopolista e o de barganha salarial. As medidas recomendadas, pelos novos-keynesianos, centram-se basicamente no lado da oferta: eliminação das regulamentações sobre o mercado de trabalho, reforma das instituições de bem estar social e treinamento da mão-de-obra desqualificada. Na década de 80 todos os países da União Européia promoveram alguma desregulamentação do mercado de trabalho. Na Suécia, a barganha centralizada enfraqueceu-se e os sindicatos alemães moderaram suas reivindicações salariais. Nos anos 80, a proporção do desemprego temporário aumentou na Dinamarca, na Bélgica e na Finlândia e em vários países cresceu a subcontratação. Uma nova legislação introduziu várias alterações: uma maior flexibilidade nos contratos de trabalho na Alemanha, na França e na Espanha; um menor rigor na proibição do trabalho feminino noturno na França e na Finlândia; a abolição do salário mínimo para os trabalhadores jovens na Inglaterra; e o enfraquecimento da proteção contra a demissão na Inglaterra e na França. Uma reforma na estrutura sindical foi promovida na Inglaterra e na Nova Zelândia a fim de aumentar a competição no mercado de trabalho (Trade 1995, p165). O resultado do conjunto dessas medidas foi um declínio no número de sindicalizados e o aumento de formas não regulamentadas de emprego, como o emprego temporário. Quanto a queda no número de sindicalizados a tabela 3 é ilustrativa. A taxa de sindicalização, nos anos 80, caiu na Europa e nos EUA.

Tabela 3: Taxas de sindicalização grupos de países – 1970-1988 (%)

Grupo de Países	1970	1975	1980	1985	1988
Europa	38	43	44	40	38
América do Norte	30	30	26	19	18
Sete Grandes	33	34	32	27	25

Fonte: Mattoso (1995)

A despeito dessa redução na rigidez do mercado de trabalho, o crescimento do emprego, entre 1979/1994, não foi em média muito mais rápido do que no período de 1960/1979, quando a rigidez cresceu (Tabela 4). A incapacidade da economia de absorver a força de trabalho resultou na elevação do desemprego (Tabela 5). A adoção de medidas de flexibilização do mercado de trabalho independente do contexto macroeconômico, não foi capaz de reduzir o desemprego nos países europeus, o que

pode ser interpretado como sendo uma evidência empírica de que as teses dos novos-keynesianos podem estar equivocadas. Ou seja, é possível identificar que na Europa ocorreu um aumento da desregulamentação do mercado de trabalho sem uma correspondente diminuição significativa no nível de desemprego.

Tabela 4: Taxa de crescimento anual do emprego nos países da OECD

Países	1960/1973	1973/1979	1979/1994
Estado Unidos	1.9	2.5	1.5
Japão	1.3	0.7	1.1
União Européia	0.3	0.2	0.1
Alemanha	0.3	-0.3	0.7
França	0.7	0.3	0.0
Inglaterra	0.3	0.2	0.0
Total OECD	1.1	1.1	0.9

Fonte: Trade (1995)

Tabela 5: Taxa de desemprego anual médio nos países da OECD (percentual da força de trabalho total)

Países	1960/1973	1973/1979	1979/1994
Estado Unidos	4.8	6.7	7.0
Japão	1.3	1.9	2.5
União Européia	2.4	4.7	9.8
Alemanha	0.8	3.4	7.1
França	1.5	4.5	9.6
Inglaterra	1.9	4.2	8.9
Total OECD	3.2	5.1	7.3

Fonte: Trade (1995)

O desemprego para um outro conjunto de autores é atribuído a uma onda de inovações. A introdução de um grupo de inovações na empresa permite a redução do número de empregados e a manutenção ou a elevação do nível da produção. Rifkin (1996), estima que três em cada quatro empregos nos EUA poderão ser automatizados. Segundo o autor, no século XXI, centenas de milhões de trabalhadores serão permanentemente relegados a ociosidade. O autor procura provar sua hipótese com dados contundentes. De acordo com Rifkin, a General Electric, líder mundial na fabricação de produtos eletrônicos, reduziu seu número de funcionários em todo o mundo de 400 mil em 1981 para menos de 230 mil em 1993.

"Entre 1973 e 1991, a produção de utilidades domésticas nos Estados Unidos aumentou a uma taxa anual de 0.5%. No mesmo período, a produção por funcionários aumentou a uma taxa média de 2.7%. A exemplo de outras indústrias, os ganhos de produtividade resultantes da introdução de novas tecnologias poupadoras de tempo e de mão-de-obra, significaram um declínio nas taxas de emprego. Entre 1973 e 1991, o emprego caiu acentuadamente, de 196.300 para 117.100 e o Departamento de Estatísticas do trabalho prevê que continuará a cair. Por volta do ano 2005, apenas 93.500 trabalhadores - menos da metade do número empregado em 1973 - estarão produzindo o total de utilidades domésticas do país." (Rifkin, 1996, p.149)

No entanto não existe nenhuma evidência conclusiva de que as inovações tecnológicas acarretam necessariamente desemprego. Segundo Labini (1993, p.73) deve-se observar as tendências a nível agregado: *"Si la demanda de bienes crece más rápidamente que la productividad media, entonces la demanda de trabajo y el empleo aumentan: al contrario, si la demanda de bienes crece menos rápidamente que la productividad, o baja, entonces el empleo disminuye."* A evolução do emprego/desemprego depende de um movimento agregado na economia.

Outro argumento utilizado contra a hipótese de desemprego tecnológico são os dados referentes a produtividade. Se a origem do desemprego fossem as novas tecnologias baseadas na microeletrônica, deveria ter ocorrido uma aceleração da produtividade entre 1980 e 1990, período de sua adoção. Mas, segundo dados da tabela 6, ocorreu o inverso, com queda da produtividade inclusive nos países pioneiros (EUA e Japão) na adoção das novas tecnologias.

Tabela 6: Taxa de Crescimento da Produtividade

Países	a-1961/70	b-1981/90	b/a
Alemanha	4.3	1.9	0.45
França	5.0	2.0	0.40
Itália	6.2	1.9	0.31
Inglaterra	3.3	2.0	0.60
EUA	1.9	1.1	0.58
Japão	9.1	3.0	0.33

Fonte: Eatwell (1995)

Para alguns economistas vários empregos serão destruídos pelas inovações tecnológicas, porém essas perdas deverão ser recompensadas pela ampliação dos postos de trabalho nos novos setores dinâmicos. Atribuir às novas tecnologias a onda de desemprego é certamente algo polêmico. No Japão, um dos principais usuários das novas tecnologias, o emprego total, desde 1980, aumentou cerca de 17% e na União Européia aumentou menos de 2%. Num contexto de rápida acumulação de capital, as inovações tecnológicas podem reforçar um círculo virtuoso de crescimento econômico, criação de emprego e incremento de produtividade. Se a demanda global é deficiente e a acumulação de capital lenta, o progresso técnico pode elevar o desemprego:

"Without policies designed to bring about a faster expansion of demand and greater financial stability, there is little hope of finding a solution to the unemployment problem." (Trade, 1995, p.187).

A tentativa de explicar o desemprego através da rigidez do salário real ou da adoção de novas tecnologias revela-se insuficiente. A elevação do desemprego na atualidade somente poderá ser explicada a partir de uma reflexão sobre a Nova Ordem Econômica Internacional. Na seção seguinte, analisa-se a Nova Ordem e seus impactos sobre o emprego/desemprego.

2 A Nova Ordem Econômica Internacional e a determinação do emprego/desemprego

A partir dos anos 50 através de donativos e despesas militares inicialmente, e depois pelo investimento direto das empresas americanas, os EUA geraram um déficit que funcionava como emissão de liquidez para a Europa e garantia-lhes os dólares para as importações. Os contínuos e crescentes superávites europeus invertem a situação de escassez de dólares do pós-guerra, para abundância de dólares. Em 1971, o processo chega ao seu pico quando registra-se, pela primeira vez, um déficit no balanço

comercial americano. Torna-se óbvia a inviabilidade do sistema monetário de Bretton Woods com base no padrão ouro-dólar. A enorme quantidade de dólares circulando fora dos EUA obrigou o governo, em agosto de 1971, declarar a suspensão do dólar em ouro. O princípio de taxas de câmbio flexíveis foi adotado, em 1973; nenhuma nação possuía mais o compromisso de somente variar sua taxa de câmbio dentro de faixas rígidas como sugeria o acordo de Bretton Woods. Terminou assim o sistema monetário idealizado em Bretton Woods e que, de fato, nunca entrou em funcionamento. As taxas de câmbio não foram fixas até a década de 60 e o dólar não foi conversível em ouro a partir do início dessa década. Com a falência declarada de Bretton Woods, as taxas de câmbio flexíveis, o mercado financeiro desregulado e a enorme massa de riqueza em busca de valorização são as características-chaves da Ordem Econômica Internacional contemporânea.

A Nova Ordem Econômica Internacional, denominada de globalização financeira, abrange: *"tanto o desmantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos do mercado, como a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados, ou subordinação a estes."* (Chesnais, 1996, p. 261). A globalização financeira é, então, a criação de um mercado global do dinheiro.

Segundo Pilhon (1995), a antiga função do sistema financeiro internacional era garantir o financiamento do comércio mundial e dos balanços de pagamentos. Ao final dos anos 80, os fluxos de recursos financeiros se intensificaram, numa tal magnitude que não podia mais ser relacionada às necessidades da economia mundial. A Tabela 7, permite uma avaliação da explosão dos movimentos financeiros internacionais. O mercado de câmbio, um segmento do mercado financeiro, apresentou a maior taxa de crescimento quando comparado aos demais itens. Esse mercado deveria facilitar os acertos do comércio internacional no entanto o montante dos fluxos comerciais representou apenas 3% das transações diárias nos mercados de câmbio. Segundo as estatísticas da OCDE, entre 1980 e 1992, os ativos financeiros cresceram 6% enquanto a formação bruta de capital fixo privado na OCDE aumentou em cerca de 2.3%. Os dados evidenciam uma certa autonomia das atividades financeiras em relação às atividades produtivas. Tabela 7: Comparação entre o crescimento (de 1980 a 1988) dos fluxos comerciais, financeiros, de investimento externo direto e o crescimento do PIB nacional dos países da OCDE (coeficiente multiplicador)

PIB dos países da OCDE	Fluxos comerciais	Transações nos mercados de câmbio	Fluxos de IED
1.95	2	8.5	3.5

Fonte: Chesnais (1996)

O atual estágio do desenvolvimento capitalista é claramente dominado pela esfera da valorização financeira do capital. Ou seja, o que poucos percebem é que a globalização de que tantos falam representa fundamentalmente a precedência da órbita de valorização financeira do capital sobre a órbita de valorização produtiva.

Os agentes preferem ativos que ofereçam valorização fácil e rápida, tais como as moedas e os diversos instrumentos financeiros recentemente criados. Portanto, a lógica das finanças internacionais é basicamente especulativa. A intensidade de compra e venda de títulos no mercado financeiro expressa claramente o predomínio dessa lógica especulativa. Nos anos 90, como ilustra a tabela 8, ocorreu uma explosão no mercado de portfólio. Segundo a tabela, o volume de entradas e saídas no mercado de portfólio em 1993 foi sete vezes maior que o nível anual médio constatado em 1981-85, em várias economias capitalistas. Assim, grande parte da riqueza se transfere para a esfera financeira em busca de valorização.

Tabela 8: Movimento de portfólio (média anual em US\$ bilhões)

	1976-80	1981-85	1986-90	1991	1992	1993
SAÍDAS						
Estados Unidos	5.3	6.5	13.6	44.7	48.0	125.4
Japão	3.4	25.0	85.9	74.3	34.4	51.7
Europa Ocidental	6.2	27.7	82.1	148	168	260.6
Reino Unido	2.3	13.5	26.6	51.6	55.4	142.4
Países em desenvolvimento	8.7	3.6	3.5	10.7	10.5	20.5
NEI da Ásia	0.1	0.2	1.2	2.3	2.3	3.1
Outros Ásia	0.0	0.0	0.2	0.3	0.5	2.0
América Latina	0.2	0,1	2.3	7.7	6.4	14.8
ENTRADAS						
Estados Unidos	5.2	29.4	44.7	54.0	67.2	103.9
Japão	5.1	12.6	26.9	115.3	8.2	-11.1
Europa Ocidental	16.7	25.9	99.1	185.5	221.8	396.5
Reino Unido	2.3	3.5	24.7	34.4	35.7	61.5
Países em desenvolvimento	1.9	4.1	8.2	27.9	50.7	91.9
NEI da Ásia	0.1	0.5	0.3	4.2	7.3	13.8
Outros Ásia	0.2	1.7	1.3	0.9	0.4	9.7
América Latina	1.3	1.2	5.4	22.0	39.7	67.9

Fonte: Plihon (1995)

Num contexto de globalização financeira, os investimentos diretos produtivos caem significativamente. Segundo a tabela 9, as taxas de crescimento da formação de capital fixo sofreram uma queda significativa após 1973, não atingido mais os valores do período anterior. O investimento direto estrangeiro não se concentra, como nos anos 50, na criação de unidades produtivas. Outras formas de investimento externo se tornaram mais importantes, tais como joint-ventures, royalties, franchising e aquisições e fusões. Nenhuma dessas novas formas de investimento implica em uma ampliação da formação bruta de capital e do nível de emprego.

Tabela 9: Taxa de formação de capital fixo nos países da OECD

Países	1960/1968	1968/1973	1973/1979	1979/1990
Estados Unidos	5.0	3.7	1.9	2.5
Japão	15.2	12.2	1.6	5.0
União Européia	6.0	5.0	0.1	2.5
Alemanha	3.1	5.4	0.4	1.9
França	8.0	6.8	0.1	2.3
Inglaterra	6.3	2.0	0.2	3.2
Total OECD	6.5	5.8	1.1	3.1

Fonte: Trade (1995)

Segundo Belluzzo (1996), a elevada proporção de riqueza mantida na forma de títulos, em um contexto de desregulamentação dos mercados financeiros mundiais e, portanto, de alta instabilidade financeira, impõe aos detentores dessa forma de riqueza um comportamento de aversão à iliquidez e aos compromissos de longo prazo. Dessa maneira, o investimento produtivo é afetado tanto pelas dificuldades de obtenção de financiamento para empreendimentos, cujos períodos de maturação são tidos pelo mercado como longos, como também pelo de que se tornam cada vez mais corriqueiras as fusões e aquisições de empresas produtivas já existentes, ao invés da criação de novas empresas (e, portanto, de nova capacidade produtiva e novos empregos).

Outros autores alegam que a esfera produtiva oferece poucas oportunidades de valorização para a enorme massa de riqueza atualmente circulando. Daí, cada vez mais, a valorização do capital se faz na órbita financeira, em detrimento da valorização pela produção de bens, afetando a geração de empregos.

Além da queda drástica dos investimentos produtivos, encontra-se em curso um processo de reestruturação produtiva o qual resulta em uma nova planta produtiva que prescinde de um grande número de trabalhadores. A compensação para tal redução do número de empregados poderia ocorrer com a criação de novos postos de trabalho em outros setores dinâmicos da economia no entanto a geração de empregos depende do contexto macroeconômico. O cenário contemporâneo é claramente adverso ao mundo do trabalho. A ampliação do desemprego, nos anos 80 e 90, somente pode ser entendida de forma mais completa quando se considera os principais contornos da Nova Ordem Econômica Internacional. Ela claramente desfavorece a criação de novos empregos pois a principal forma de valorização da riqueza encontra-se na órbita produtiva. Outro fenômeno do mundo do trabalho no estágio atual do capitalismo é a chamada desindustrialização analisada a seguir.

3 O fenômeno da desindustrialização: uma síntese do debate

O mundo do trabalho é afetado pela queda dos investimentos produtivos, ou seja, pela redução da criação de novos empregos e também, segundo vários economistas, pelas modificações na estrutura de emprego. Desde 1970, a participação do emprego industrial no emprego total está declinando continuamente em muitas economias avançadas (Gráfico 1) no entanto em números absolutos o emprego industrial não apresentou grandes alterações nos EUA e no Japão. Este declínio relativo do emprego manufatureiro é denominado de desindustrialização. Para os países industrializados, o emprego industrial declinou de 28% em 1970 para 18% em 1994. A extensão do declínio variou entre as nações desenvolvidas. Essa queda foi mais pronunciada nos EUA, onde o emprego manufatureiro caiu de 28% em 1965 para 16% em 1994. Na União Européia, o emprego industrial declinou de 30% em 1970 para 20% em 1994. No Japão, a queda no emprego manufatureiro foi de 27% em 1973 para 23% em 1994 (Rowthorn, Ramaswamy, 1997). Paralelamente, a queda do emprego industrial ocorreu um aumento do emprego no setor de serviços (Rowthorn & Ramasway 1997). Nos EUA, o percentual de empregados no setor de serviços aumentou de 56%, em 1960, para 73%, em 1994.

Para Rowthorn e Ramaswamy (1997), a desindustrialização não é fenômeno negativo mas sim uma característica do processo desenvolvimento econômico. Na fase de industrialização ocorreu uma queda em termos absoluto e relativo do emprego agrícola e um aumento absoluto e relativo do emprego industrial. No atual estágio da desindustrialização a principal tendência é uma diminuição relativa do emprego industrial e uma ampliação da participação do emprego no setor de serviços no emprego total.

Vários economistas atribuem o deslocamento do emprego para o setor de serviços a alterações na demanda. Segundo os defensores dessa hipótese, o crescimento da renda acarreta um deslocamento dos gastos em direção aos serviços. De acordo dados do trabalho Rowthorn & Ramaswamy (1997), quando o produto dos dois setores

(indústria e serviços) é medido em preços constantes, observa-se que o peso do produto de cada setor no PNB permaneceu estável nos países industrializados. Não ocorreu, então, um deslocamento nos gastos que corresponda a magnitude do deslocamento do emprego entre os dois setores. Consequentemente, o crescimento da participação dos serviços em preço corrente no valor adicionado, reflete simplesmente uma elevação dos preços relativos dos serviços em relação aos preços dos produtos industriais. A origem do diferencial de preços entre serviços e bens industriais é o crescimento desigual da produtividade nos dois setores.

Portanto, empiricamente não se comprova uma mudança no peso do produto de cada setor no PNB tal como sugere a hipótese do deslocamento de gastos. No mais, segundo dados do trabalho de Summers (1985), quando se mede em termos reais a participação dos serviços no PNB para a economia americana o percentual é basicamente o mesmo da Índia. *The adjustment of income shares spent on services on the basis of real GDP measures thus confirms that a country's overall propensity to spend on services does not depend to any significant extent on its per capita income level. Indeed, by estimating demand for services as a function of real income and prices of services, deflated by national GDP price index, Summers finds that the overall income elasticity of demand differs insignificantly from unity.* (Wieczorek, 1995, p.219)

Outros autores, como Baumol (1985), Rotworn, Ramaswamy (1997), Wolff (1989), centram sua explicação sobre o deslocamento do emprego para o setor de serviços nas mudanças do lado da oferta. A principal hipótese são os diferenciais de produtividade intersectoriais, principalmente entre indústria e serviços. A produtividade seria mais baixa no setor de serviços em relação à indústria, obrigando aquele setor a absorver uma maior proporção de trabalhadores para manter o crescimento de seu produto no mesmo patamar da indústria. Segundo a tabela 10, a taxa média de crescimento do produto no setor de serviços e na manufatura é similar no período de 1960 e 1994. Contudo, a produtividade (produto por trabalhador) cresceu, no mesmo período, mais intensamente na indústria do que nos serviços. Para Baumol, o crescimento do emprego no setor de serviços, com baixas taxas de produtividade, promoveria uma queda da produtividade na economia como um todo. Segundo Wieczorek (1995, p.225): *"However, the fact that services display on average lower labour productivity does not exclude the possibility that certain services exert a very positive influence on economy-wide productivity growth."*

Cabe notar que a própria definição de serviços é ambígua dificultando os cálculos de produtividade. A categoria serviços engloba atividades de todos os tipos. O único ponto comum de tais atividades é o que não são. A tentativa de definir os serviços pelas suas características intrínsecas como o caráter intangível dos bens perde o sentido com as novas tecnologias de informação. Programas de computador, por exemplo, fundem o conteúdo de informação com a materialização dos bens. Assim, o cálculo de produtividade no setor de serviços apresenta sérias dificuldades metodológicas. Mas, segundo Rowthorn, Ramaswamy (1997, p.13): *"These studies suggest that any measurement bias in the growth rate of service productivity is small in comparison with the larger recorded differences in productivity growth between manufacturing and services."*

Tabela 10 : Países industrializados: Crescimento do produto e do emprego

	1960-70	1971-94	1960-94
Produto			
Manufatura	6.3	2.5	3.6
Serviços	5.3	3.3	3.8
Produto por trabalhador			
Manufatura	4.6	3.1	3.6
Serviços	3.0	1.1	1.6
Emprego			
Manufatura	1.7	-0.6	0.0
Serviços	2.4	2.2	2.2

Fonte: Rowthorn, Ramana (1997)

Atribuir a redução da participação do emprego industrial no emprego total aos diferenciais de produtividade é algo controverso. Segundo a tabela 10, a produtividade sofreu uma inflexão a partir de 70 e o emprego industrial também caiu no entanto nos anos anteriores a produtividade crescia e o emprego manufatureiro também se elevava. A queda do emprego industrial em alguns países ocorreu em um contexto onde a indústria não apresentou nenhum crescimento vertiginoso da produtividade, e sim um decréscimo nos seus valores, não justifica a queda do nível de emprego.

Segundo Castells e Aoyama (1994), de fato cresce o número de empregados no setor de serviços mas isto não implica que o setor industrial está desaparecendo ou que sua dinâmica não é crucial para o setor de serviços. Muitos serviços apresentam vínculos diretos com a indústria e a atividade industrial é fundamental para a produtividade e a competitividade da economia. No caso da economia americana, as empresas manufatureiras contribuem com 24% do PIB e cerca de 25% do PIB corresponde aos serviços diretamente ligados as firmas. Por essa razão, para Castells e Aoyama a economia pós-industrial (baseada no setor de serviços) é um mito e o mundo atualmente estaria na verdade diante de um tipo diferente de economia industrial. Neste novo cenário a relação entre o setor industrial e o setor de serviços se torna mais estreita, com a indústria repassando para o setor terciário várias atividades desenvolvidas no interior das empresas.

Para Castells e Aoyama (1994) e Labini (1993), as economias avançadas não apresentam uma tendência inerente em direção a um único modelo denominado de desindustrialização:

" Por ello no es correcto hablar de desindustrialización como si se tratase de un proceso homogéneo, que atañe a todos los países desarrollados; para muchos países este proceso significa aumento de los trabajadores empleados en los servicios e disminución de aquellos empleados en la industria, para otros significa aumento de los trabajadores de la primera categoría y un carácter estacionario relativo de aquellos de la segunda. En países en que ha tenido lugar, la disminución del empleo industrial ha contribuido a agravar el problema del desempleo; al mismo tiempo, aquella disminución há ejercido una fuerte acción de freno sobre el crecimiento del empleo global..." (Labini, 1993, p. 114-115)

Castells e Aoyama (1994) analisam a evolução da estrutura de emprego nos países do G7 entre os períodos de 1920/1970 e 1970/1990. Em todos os países do G7, entre 1920 e 1970, o percentual do emprego industrial no emprego total aumentou ou se manteve no mesmo nível; enquanto o emprego agrícola caiu significativamente. Nesse período, no Reino Unido e nos EUA o emprego manufatureiro não apresentou grandes alterações mas cresceu no Canadá, no Japão, na Alemanha e na Itália. Essa fase não se caracterizou, como afirmam Rowthorn, Ramaswamy (1997), pelo crescimento acentuado da participação relativa do emprego industrial em contraposição a queda relativa e

absoluta do emprego agrícola. Nesses anos, a estrutura de emprego se caracterizou pelo crescimento ou pela manutenção do nível de emprego na indústria, pelo crescimento do emprego no setor de serviços em quase todos os países avançados e pela queda do emprego agrícola (Tabela 11).

Entre 1970 e 1990, a reestruturação industrial e as inovações tecnológicas acarretaram uma queda no emprego industrial em quase todos os países do G7. Essa queda não foi igual em todas as economias devido as especificidades da política econômica de cada país e as particularidades de cada estratégia empresarial. A deindustrialização foi acentuada no Reino Unido, nos Estados Unidos e na Itália; mas no Japão e na Alemanha não ocorreu uma queda pronunciada no emprego industrial; já o Canadá e a França ocupam uma posição intermediária nesse movimento. Nota-se que o emprego no setor de serviços cresceu, no entanto de forma desigual entre os países avançados, no mesmo período. Castells e Aoyama (1994), dividem o setor de serviços em quatro subsectores¹ analisando a evolução de cada um (Tabela 11).

Tabela 11: Distribuição percentual do emprego em seis setores-Alemanha/Canadá/Estado Unidos/França/Itália/Japão/Reino Unido

Alemanha	1925	1950	1970	1970	1987
Extração	33.5	16.1	5.1	8.7	4.1
Transformação	38.9	47.3	49.0	47.1	40.3
Serviços de distribuição	11.9	15.7	16.4	17.9	17.7
Serviços de produção	2.1	2.5	5.1	4.5	7.3
Serviços sociais	6.0	11.1	17.4	15.7	24.3
Serviços pessoais	7.7	6.9	7.4	6.1	6.3
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Castells & Aoyama 1994

Canadá	1921	1941	1971	1971	1981	1992
Extração	36.9	31.7	9.1	8.3	7.1	5.7
Transformação	26.1	28.2	30.0	27.1	26.8	22.3
Serviços de distribuição	19.2	17.7	23.0	20.8	22.9	24.0
Serviços de produção	3.7	2.7	7.3	6.6	9.7	11.3
Serviços sociais	7.5	9.4	21.1	22.0	24.0	22.6
Serviços pessoais	6.7	10.2	9.6	7.5	9.5	13.5
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Castells & Aoyama 1994

Estados Unidos	1920	1940	1970	1970	1980	1985	1991
Extração	28.9	21.3	4.5	4.6	4.5	4.0	3.5
Transformação	32.9	29.8	33.1	33.0	29.6	27.2	24.7
Serviços de distribuição	18.7	20.4	22.3	22.4	21.0	20.9	20.6
Serviços de produção	2.8	4.6	8.5	8.2	10.5	12.7	14.0
Serviços sociais	8.7	10.0	21.9	22.0	23.7	23.6	25.5
Serviços pessoais	8.2	14.0	10.0	10.0	10.5	11.7	11.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Castells & Aoyama 1994

¹ Serviços de produção: são aqueles diretamente vinculados as atividades industriais; 2- Serviços sociais englobam serviços na área de saúde, educação, lazer, etc; 3- Serviços de distribuição incluem os serviços de transporte e comunicação; e 4- Serviços pessoais geralmente exigem um confronto direto entre produtor e consumidor, tais como cabeleireiros, camareira, balconista, etc..

França	1921	1946	1968	1968	1975	1980	1985	1989
Extração	43.6	40.2	17.0	15.6	10.3	8.7	7.6	6.4
Transformação	29.7	29.6	39.3	37.4	37.3	34.8	30.9	29.5
Serviços de distribuição	14.4	15.1	15.5	18.8	19.2	19.9	20.2	20.5
Serviços de produção	1.6	1.9	5.5	5.0	6.5	7.8	8.5	10.0
Serviços sociais	5.3	6.8	14.5	15.1	16.4	17.1	19.8	19.5
Serviços pessoais	5.6	6.4	7.9	8.2	10.2	11.6	13.1	14.1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Castells & Aoyama 1994

Itália	1921	1951	1961	1961	1971	1981	1990
Extração	57.1	42.9	29.8	29.8	17.2	11.7	9.5
Transformação	24.3	31.8	40.0	39.9	44.3	40.5	29.7
Serviços de distribuição	8.6	10.6	13.0	15.3	18.7	16.2	23.8
Serviços de produção	1.2	1.9	2.0	1.1	1.5	4.6	1.8
Serviços sociais	4.1	7.9	9.3	6.9	6.5	19.1	15.5
Serviços pessoais	4.6	4.7	5.9	-	-	7.9	4.1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Castells & Aoyama 1994

Japão	1920	1940	1970	1970	1975	1980	1985	1990
Extração	56.4	46.3	19.6	19.8	14.2	11.2	9.5	7.2
Transformação	19.6	24.9	34.2	34.1	33.7	33.7	33.4	33.7
Serviços de distribuição	12.4	15.2	22.5	22.4	25.2	25.1	24.8	24.3
Serviços de produção	0.8	1.2	5.1	4.8	6.0	7.5	8.6	9.6
Serviços sociais	4.9	6.0	10.1	10.3	11.6	12.9	13.5	14.3
Serviços pessoais	5.7	6.3	8.5	8.5	9.2	9.6	10.1	10.2
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Castells & Aoyama 1994

Reino Unido	1921	1951	1971	1970	1975	1980	1985	1990
Extração	14.2	8.9	4.3	3.6	3.3	4.7	4.4	3.3
Transformação	42.2	45.4	43.8	46.7	40.3	35.7	29.8	27.3
Serviços de distribuição	19.3	19.2	17.9	18.7	18.9	19.9	20.4	20.6
Serviços de produção	2.6	3.2	5.6	5.0	5.7	7.5	9.7	12.0
Serviços sociais	8.9	12.1	19.4	17.7	22.1	24.2	26.8	27.2
Serviços pessoais	12.9	11.3	9.0	8.1	9.7	8.1	9.0	9.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Castells, Aoyama (1994)

O emprego nos serviços de produção cresceu nos dois períodos estudados em quase todos os países. O Japão, a Alemanha e a Itália apresentam os menores percentuais de emprego neste setor. No caso daqueles países, certamente, uma grande parcela destes serviços é realizado no interior da empresa. Quanto ao emprego nos serviços sociais, entre 1920 e 1970, ocorreu uma expansão mais acentuada em quase todas as nações. Nos EUA, na Canadá e na França, nos anos de 1970 a 1990, não se registrou grandes alterações de percentual do emprego neste subsetor. Os serviços de distribuição, nos dois períodos, aglutinou um volume significativo de emprego, oscilando entre o quinto e o quarto lugar no emprego total. Grande porção do emprego encontra-se neste subsetor. Em relação aos serviços pessoais, o número de empregados é significativo variando entre 10% e 14%, com exceção da Alemanha e da Itália. O emprego neste subsetor não está diminuído nos países avançados.

A partir desses dados, Castells e Aoyama (1994, p.28) concluem que existem vários modelos de estrutura de emprego:

- um modelo de economia de serviços, típico dos EUA, Reino e Canadá, onde ocorreu uma queda rápida do emprego industrial. *"En este modelo, los servicios de gestión del capital predominan sobre los de producción, y el sector de los servicios sociales se ensancha constantemente, debido a la impresionante progresión del empleo en el sector de la sanidad y, en menor medida en el de la educación."*

b) um modelo infoindustrial representado pelo Japão e Alemanha. O emprego industrial também diminui, mas mantém ainda um peso importante no emprego total. *“Desaparecen puestos de trabajo manufacturero a la vez que se refuerzan las actividades manufactureras. Debido en parte a este fenómeno, los servicios a la producción son mucho más importantes que los financieros, y parecen más directamente ligados a las empresas productoras...el crecimiento de los servicios se da sobre todo en la industria y en el sector social...”*

Francia...parece acercarse al modelo de la economía de servicios: hay todavía una extensa base industrial pero progresan al mismo tiempo los servicios a la producción y los sociales. Italia se singulariza por la persistencia de casi una cuarta parte de trabajadores independientes, lo cual puede anunciar un tercer modelo, com una forma de organización distinta, baseada en redes de empresas pequeñas y medianas, adaptadas a las nuevas condiciones de la economia mundial...”

Assim, tese da desindustrialização é questionada por Castells e Labini. Para Castells e Aoyama (1994), existem vários modelos de estrutura de emprego, ao invés de apenas um, nos países avançados. Quanto aos países em desenvolvimento, as realidades são extremamente distintas dificultando ainda mais qualquer tentativa de se estabelecer um único modelo acerca das mudanças na estrutura de emprego.

Wieczorek (1995) confere uma atenção especial aos serviços de produção. Segundo os dados da tabela 11, nesse subsetor em quase todos os países cresceu o número de empregados ao longo dos anos. O autor apoiado na teoria dos custos de transação de Williamson (1981) elabora uma hipótese acerca da expansão ou redução dos serviços de produção. O crescimento do emprego em certos serviços, ou sua emergência como atividade separada, pode ser explicada como resultado dos baixos custos de transações enfrentados pelas firmas. Consequentemente, a inclusão no processo de produção de certas atividades adquiridas anteriormente no mercado pode também ser explicada pela elevação dos custos de transação². O progresso tecnológico quando promove uma queda nos custos de transação pode estimular às empresas a contratarem os serviços de produção fora das unidades produtivas. A teoria dos custos de transação revela-se bastante adequada para explicar a ampliação do emprego no serviços de produção. Essa teoria reforça a idéia de que atualmente os nexos entre indústria e serviços se tornam cada vez mais estreitos. A indústria estimulada pelo progresso técnico estaria, então, repassando para o setor de serviços atividades desenvolvidas no interior da unidade produtiva. Assim, a dinâmica da indústria permanece crucial para a competitividade da economia.

Cabe observar que o emprego nos serviços pessoais cresce inclusive nos países avançados. A maioria dos empregos neste subsetor exigem baixa qualificação da mão-de-obra e se caracterizam por baixos salários. Isto evidencia a deterioração das condições de trabalho para os empregados que saem da indústria e são transferidos para os serviços pessoais.

Notas Conclusivas

A partir da conferência de Bretton Woods inaugurou-se uma Ordem Econômica que possibilitou um vigorosa expansão das economias capitalistas. Neste período, o desemprego nunca representou uma preocupação para os policy-makers. Esse quadro é radicalmente modificado na década de 80 e 90, quando se estabelece uma Nova Ordem Econômica denominada de globalização financeira. A desregulação dos mercados financeiros, as inovações financeiras e a volatilidade das taxas de câmbio são as ca-

² Williamson identifica três características dos custos de transação para explicar a estrutura industrial: 1- a frequência das transações; 2- a incerteza a qual esta sujeita a transação e 3- a duração das transações.

racterísticas chaves da Nova Ordem Internacional. Neste novo contexto a órbita financeira torna-se a principal forma de valorização da riqueza em detrimento da órbita produtiva. A valorização da riqueza não acarreta uma ampliação dos investimentos produtivos e um aumento de novos empregos. A escolha da órbita financeira como principal mecanismo de ampliação e de manutenção da riqueza é justificada por alguns autores como decorrência da incerteza do futuro e da valorização rápida e segura nos mercados de câmbio; para outro conjunto de autores, a esfera produtiva não oferece um volume de possibilidades de valorização do capital condizente com a massa de riqueza. No entanto, é claro que a possibilidade de geração de novos empregos encontra-se comprometida nesta nova ordem. Qualquer tentativa de creditar o desemprego seja a uma rigidez do mercado ou a inovações tecnológica é insuficiente pois não leva em conta as mudanças do cenário internacional.

Além do desemprego outra preocupação dos economistas é a redução do emprego industrial. A participação do emprego industrial no emprego total caiu no entanto a tese da desindustrialização não pode ser comprovada para todas as economias avançadas. Assim, o mundo capitalista não estaria diante de um único modelo modelo de estrutura de emprego mas de várias alternativas.

Referências bibliográficas

- BAUMOL, W. J. Productivity Policy and the Service Sector. Inman, R. P. *Managing service Economy: Prospects and Problems*. Cambridge : University Press, 1985.
- BELUZZO, L.G.M. *O Declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados*. Campinas : Economia e Sociedade, 1996.
- CASTELLS, M., AOYAMA, Y. *Hacia la Sociedad de la Información : Estructura del Empleo en los países del G-7 de 1920 a 1990*. Revista Internacional del Trabajo, v. 113, 1994.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo : Xamã, 1996.
- EATWELL, J. (1995). The International Origins of Unemployment. In: Michie, J., Smith (Org.). *Managing the Global Economy*. Oxford : University Press, 1995.
- LABINI, P.S. *Nuevas Tecnologías y Desempleo*. México : Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MATTOSO, J. *O Mundo do Trabalho*. Campinas : Scritta, 1995.
- PLIHON, D. *A ascensão das finanças especulativas*. Campinas : Economia e Sociedade, 1995.
- RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. São Paulo : Markon Books, 1996.
- SUMMERS, R. Services in the international economy. In: Inman, R.P. (Org). *Managing the Service Economy: Prospects and Problems*. Cambridge : University Press, 1985.
- ROWTHORN, R., RAMASWAMY, R. *Deindustrialization : Causes and Implications*. Working Papers, Fundo Monetário Intenational, 1997.
- TEIXEIRA, A. *O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. (Texto para discussão, 25).
- TRADE AND DEVELOPMENT REPORT. (1995). UNCTAD.
- WIECZOREK, J. *Sectoral Trends in World Employment and Shift Toward Services*. International Labour Review, v. 134, 1995.
- WILLIAMSON, O. E. *The Modern Corporation : Origins, evolution, attributes*. *Journal of Economic Literaure*, v. 19, 1981.
- WORLD ECONOMIC OUTLOOK. (1997). International Monetary Fund.